

Cardoso quer aprovar leis antes da posse

GAZETA MERCANTIL

15 DEZ 1994

por Claudia Scifolle
de Brasília

O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, espera assumir dia 1º de janeiro com uma agenda de problemas já desobstruída, a começar pela aprovação da lei de concessões de serviços públicos para o setor privado, passando pelo projeto da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que fixa em até 60% das receitas líquidas as despesas com pessoal da União, estados e municípios e a votação do Orçamento da União para 1995.

Consta ainda da ordem do dia do Congresso Nacional a aprovação do projeto de resolução da Rodada Uruguaia do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), criando novas regras ao comércio internacional.

O projeto das concessões e o da Rodada Uruguaia, marcados para ser votados ontem no Congresso, esbarrraram, no entanto, em dificuldades. Até às 22h30, o plenário do Senado discutia a Rodada Uruguaia e uma



Fernando Henrique Cardoso

demora na aprovação desse projeto colocaria em risco a adesão do Brasil à Organização Mundial de Comércio (OMC) como membro originário.

A pressão dos representantes das concessionárias de energia elétrica adiou, novamente, a votação do projeto, que é, de longe, a prioridade de Fernando Henrique para agora: as concessões.

Segundo apurou o repórter Marcos Magalhães, deste jornal, as empresas concessionárias pretendem garantir que as concessões para a geração de energia também sejam renovadas por mais vinte anos, e não só as de distribuição e transmissão. "Ainda não foi alcançado o consenso que imaginávamos", lamentou o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto, a seus assessores, após encontro com o presidente da Eletrobrás, José Luiz Alquéres. Num pronunciamento de quinze páginas para um plenário lotado, o presidente eleito despediu-se ontem do Senado Federal, adiantando as bases do modelo de desenvolvimento que seu governo pretende imprimir ao País, consolidada a estabilização econômica. "Exportar mais para importar mais" é, segundo Fernando Henrique, a regra que pautará o novo ciclo de desenvolvimento. "Não vamos mais continuar produzindo saldos comerciais gigantescos e acumulando reservas além dos US\$ 43 bilhões que temos depositados nos bancos internacionais", disse, alertando, contudo, que não pretende "comprometer o desempenho das exportações".

Para isso, seu governo reduzirá o custo de produção com investimentos nas estradas e portos, na desoneração dos impostos e no desenvolvimento tecnológico. Ele avisou que não cede-

rá às pressões para uma depreciação artificial do real.

O processo de privatização será ampliado para os setores de energia, transporte, telecomunicações e mineração. O próprio conceito de privatização será alargado para as concessões de serviços públicos, terceirização de atividades e contratos de administração de serviços no setor público. "Hoje, os órgãos do governo encarregados de controlar as empresas estatais são controlados por elas", criticou.

A privatização, como afirmou o presidente eleito, gerará receitas para abater a dívida pública. "Como herança da indisciplina fiscal dos últimos anos, pesam sobre o Tesouro Nacional, direta ou indiretamente, passivos de mais de R\$ 200 bilhões." Equacionar esses megapassivos - seja na União, seja nos governos estaduais - demandará a venda de ativos.

"A própria estabilização da economia, e com ela as chances do crescimento sustentado, não está garantida", disse o presidente eleito. A questão fiscal é crucial para a estabilidade da moeda e o arranjo transitório do Fundo Social de Emergência, que garante um "precário equilíbrio".